

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.198 - GO (2019/0261778-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : VALDESI CORDEIRO DE FARIAS**  
**ADVOGADO : RONAN REZENDE DE CAMARGO NETO - GO027273**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 284 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 425):

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. *SECUNDUM EVENTUM LITIS*. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO.

1 - O Agravo de instrumento é um recurso secundum eventum litis e deve se ater ao acerto ou desacerto da decisão atacada, dentro de critérios de legalidade e razoabilidade, sendo vedado, ainda, discutir matérias não alegadas ou decididas no juízo singular, sob pena de supressão de instância. No caso, verifico que não houve impugnação, na instância singela, evento 01, doc. 8.2, fl. 53/54, acerca da multa diária (astreintes) cobrada em sede de cumprimento de sentença, ou seja, a multa pelo atraso na implementação do benefício ao agravado não fora objeto de impugnação, deixando, por este motivo, de constar pronunciamento de mérito sobre a matéria na decisão recorrida.

Dessa forma, não é lícito ao juízo ad quem antecipar-se ao julgamento da questão não apreciada, sob pena de, na hipótese, suprimir um grau de jurisdição.

2 - Para que a impugnação ao cumprimento de sentença tenha procedência, deve o executado/ impugnante demonstrar de forma específica, os motivos ensejadores do excesso de execução alegado, nos termos do artigo 525, § 4º e 5º, do CPC. In casu, não logrou êxito o agravante em demonstrar que o agravado veio a cobrar parcelas do benefício previdenciário superiores àquelas devidas, vez que restou discriminado na memória de cálculo do exequente que as parcelas referem-se à diferença entre o benefício pago e o que era devido ao agravado. Da mesma forma, não restou demonstrado que os critérios da correção monetária das verbas em atraso divergiram da sentença transitada em julgado, vindo o recorrente, apenas, demonstrar o que entende correto em dissonância com o que já fora estabelecido e acobertado pela coisa julgada. Desse modo, a manutenção da decisão recorrida é m edida que se impõe. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do

# Superior Tribunal de Justiça

art. 105, III, da CF, o recorrente alega violação do artigo 1.022, I e II, do CPC/2015, sob o argumento de que "a Corte local, a despeito da oposição dos aclaratórios, macula o julgado de *error in procedendo*, implicando na necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja proferido sem o aludido vício." ( fl. 481).

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra decisão que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pelo INSS e homologou os cálculos do exequente, sob os seguintes fundamentos (fls. 419-422):

A Corte de origem negou provimento ao agravo de instrumento, mantendo inalterada a decisão de Primeira instância, nos seguintes termos (fls. 419-422):

Infere-se dos autos que a controvérsia restringe-se à alegação do agravante de que haveria excesso de execução no cumprimento de sentença, a defender, em suma, que haveriam parcelas cobradas posteriores à Data de Início de Pagamento – DIP – e cobrança de multa indevidamente pelo atraso na implantação do benefício previdenciário, a alegar que os cálculos homologados pelo magistrado teriam destoado dos critérios da sentença transitada em julgado.

Pois bem. De início, resalto não prosperar as alegações declinadas pelo agravante, visto que a homologação dos cálculos das verbas devidas ao agravado mostram-se em consonância com o estabelecido na sentença transitada em julgado. Explico.

Em preâmbulo, porém, oportuno ressaltar que o recurso de Agravo de Instrumento é secundum eventum litis, portanto, esta Corte de Justiça se limita somente à análise do acerto ou desacerto do que foi decidido na decisão agravada.

No caso, verifico que não houve impugnação, na instância singela, evento 01, doc. 8.2, fl. 53/54, acerca da multa diária (astreintes) cobrada em sede de cumprimento de sentença, ou seja, a multa pelo atraso na implementação do benefício ao agravado não fora objeto de impugnação, deixando, por este motivo, de constar pronunciamento de mérito sobre a matéria na decisão recorrida.

Sendo assim, a análise das questões vertidas no presente recurso não podem extrapolar o seu âmbito para matéria estranha ao ato judicial vituperado, não sendo lícito, destarte, ao juízo ad quem antecipar-se ao julgamento de questão não apreciada, sob pena de, na hipótese, suprimir um grau de jurisdição.

[...]

Quanto à alegação de excesso de execução em razão de que haveriam parcelas cobradas a mais, posteriormente à Data de Início do Pagamento, o que poderia gerar recebimento em duplicidade, resalto não prosperar a insurgência.

**Isto porque, conforme bem ressaltou o magistrado singular e o exequente em seu pedido de cumprimento de sentença, o requerimento de pagamento de 22 (vinte duas) parcelas posteriores à Data de Início de Pagamento – DIP – em 01/03/2014, se deu em razão de que a autarquia agravante, nesse período, pagou ao beneficiário/agravado o benefício de auxílio acidente de trabalho, enquanto o correto seria**

**benefício de aposentadoria por invalidez, conforme se pode observar no cálculo elaborado à fl. 166, dos autos de origem (evento 01, doc. 8.2, fl. 39).**

**Dessa forma, correta está a cobrança da diferença entre os benefícios, em data posterior ao início do pagamento (01/03/2014).** (destaques acrescidos)

[...]

No caso, em conclusão, vejo que a decisão recorrida deu azo ao cumprimento de sentença, nos estritos termos do comando transitado em julgado.

Ao teor do exposto, conheço do recurso de Agravo de Instrumento, mas lhe nego provimento, pelo que mantenho inalterada a decisão recorrida por estes e seus próprios fundamentos jurídicos.

Nesse contexto, revisitando os autos, mais especificamente as razões do agravo de instrumento (fls. 2-39), constata-se que a fundamentação do acórdão recorrido, supra, se mostra adequada e coerente com os fatos apresentados e, ainda que o recorrente a considere insubsistente ou incorreta, não há necessariamente ausência de manifestação.

Não há como confundir o resultado desfavorável ao litigante com a falta de fundamentação, sendo possível observar, de maneira expressa, o enfrentamento do tema na instância *a quo*, motivo pelo qual não se vislumbra violação do preceito apontado.

Consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie. No mesmo sentido:

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/6/2017).

Ademais, no caso, verifica-se que nas razões do agravo de instrumento o ora agravante insurge-se contra o excesso de execução "nos cálculos apresentados pelo autor: constam parcelas cobradas posteriores a data de início do pagamento (período de 3/2014 a 2/2015, já objeto de pagamento administrativo, conforme histórico de créditos as fls. 177)" (fl. 10), sem, contudo, alegar que "o autor nunca recebeu benefício de auxílio-acidente", muito menos anexou extratos CNIS ou extratos do Plenus, argumentos que só foram aventados em sede de embargos de declaração, e nas razões do recurso especial, portanto, não se pode alegar ausência de enfrentamento pelo julgador *a quo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

quando a questão sequer foi devolvida pelo recorrente ao Tribunal no agravo de instrumento.

Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "se a questão que é objeto do recurso especial não foi debatida nas instâncias ordinárias, tratando-se de inovação em sede de embargos declaratórios, os quais foram rejeitados, se mostra inviável a sua análise na via do especial para o conhecimento da matéria por este Superior Tribunal de Justiça" (AgRg no REsp 1.612.728/SC, Rel. Min. Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 26/10/2016).

Prejudicado o recurso especial interposto com fundamento na alínea *c* do normativo constitucional por ausência de argumentação.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Majoro em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

